

Escravidão e clientelismo: as semelhanças existentes entre as redes de dependência; Estudo de caso: secretário do Triúviro Marco Antônio

Glauce de Souza Luz
História – UNIRIO
Glauce_arqueo@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo busca analisar as semelhanças e diferenças existentes entre as redes de dependência, sendo elas a escravidão e suas hierarquias e, o clientelismo, levando-se em consideração as formas de tratamento aos distintos *status* sociais. Nesse trabalho em específico, buscamos estudar o caso do secretário de Marco Antônio, Crítias, que demonstra uma relação muito próxima com o seu senhor tal qual a de um amigo e, que em muitas outras ocasiões, deixa claro o seu *status* inferior tal qual ao de um escravo pessoal. Para tal, utilizamos-nos do romance histórico de Marco Antônio e Cleópatra compilada por Allan Massie que mostra Crítias construindo a biografia de seu senhor e, abordamos o tema metodologicamente numa aproximação do discurso histórico da linguagem narrativa literária. Como o romance se passa na Crise da República Romana, não pudemos deixar de contextualizá-lo. Assim como, também fizemos com a situação do escravo em Roma. Tomou-se por hipótese a idéia de que o clientelismo e a escravidão pessoal realizada por um senhor importante e rico podem ter tomado o mesmo peso ou *status*, a partir do momento em que o critério único de diferenciação entre elas foi o nascimento dos indivíduos.

Palavras-chave: Escravidão, clientelismo; crise da República romana.

Abstract:

This article aims to analyze the similarities and differences in the dependence net, being the slavery and its hierarchies, and the clientage the questions that lay at issue, not forgetting to take into consideration the forms of treatment of the different social status. Through this paper, we will study especially, the case of Marco Antonio's secretary, Critias, who, in the romance, evidences a very close relationship with his lord such as a good friend, but often mentions his status as inferior. For this we made use of the Allan Massie's romance which is a biography of Marc Anthony and Cleopatra narrated by Anthony's secretary, Critias. In this occasion we started with a methodology that joins historical discourse and literary narrative, approaching both of them, and so contextualizing both the Roman Republic crisis and slavery in Roman society. Our hypothesis is that clientage and personal slavery by an important and rich lord had the same weight and status, because their only criterion of difference is the birth of individuals.

Key-words: Slavery; clientage; Roman Republic crisis.

Introdução

Num período tão conturbado como a crise da República, a lei romana justificava o tratamento a um escravo, no referente à mercadoria ou patrimônio, sob forma de severas punições. No entanto, a lei romana para com os cidadãos afirmava que um ato como o de um crime de traição, teria sua punição com a morte. Como podemos compreender uma pena mais grave para um cidadão que para um escravo?

O que se pode afirmar, é que com a extensão da cidadania romana e da ocupação de cargos tão importantes, como os cargos imperiais, de negócios e patrimônios, de *villae* e latifúndios outros; a escravidão como status mais inferior da sociedade romana tinha ocupado o trabalho de outros setores influentes e feito homens - ainda que escravos – influentes, a ponto de confundir o seu antigo significado, i.e., o de submissão e o de coerção¹⁷⁰.

O significado de escravidão parece-nos claro. Mas até onde esse se estendia? É por essa dissensão que viemos propor este ensaio, cujo objetivo é permitir uma revisão de cunho heurístico da utilização do conceito de escravidão na Crise da República Romana pela historiografia recente, propondo-se analisar no romance histórico o plano de fundo de um diálogo com a realidade especificamente histórica. De modo algum, buscam-se conclusões fechadas sobre a proposta apresentada, mas possibilitar a relevância de se olhar no contexto de produção e na apropriação dos temas da Antiguidade Romana na Literatura Contemporânea, uma expressão literária que almeja estabelecer um diálogo com a realidade histórica contida nos discursos históricos.

A forma literária e o discurso histórico: um viés metodológico

Para tratar-se de narrativas sem perder de vista o discurso histórico e transferir esse olhar qualitativo da narrativa para o olhar crítico historiográfico, partimos da análise

¹⁷⁰ FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*. 2ª Edição. Capítulo 3. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

qualitativa da narrativa de Hayden White. White afirma na revista dos Estudos Históricos que,

*“A teoria literária tem importância tanto direta como indireta para a compreensão da escrita histórica. Direta, na medida em que elaborou, com base na moderna teoria da linguagem, algumas teorias gerais do discurso que podem ser utilizadas para analisar a escrita histórica e para identificar seus aspectos especificamente “literários” (ou seja, poéticos e retóricos). Na substituição da noção mais antiga, própria do século XIX, de “estilo”, considerado como o segredo do “escrever bem”, pela noção de estrutura discursiva, a moderna teoria literária fornece novas concepções da própria literalidade”.*¹⁷¹

Essas novas concepções permitem uma discriminação da relação entre a forma e o conteúdo do discurso histórico mais precisa do que era possível antes, com base na idéia de que os fatos constituíam o "corpo" do discurso histórico, e o estilo, sua "roupagem", mais ou menos atraente, mas de modo algum essencial¹⁷².

Segundo o autor, hoje é possível reconhecer que no discurso realista, tanto quanto no discurso imaginário, a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, e que esse conteúdo lingüístico tem de ser computado entre os outros tipos de conteúdos (factual, conceitual e genérico) que formam o conteúdo geral do discurso como um todo. Esse reconhecimento libera a crítica historiográfica da fidelidade a um literalismo impossível e permite ao analista do discurso histórico perceber em que medida esse discurso constrói seu assunto no próprio processo de falar sobre ele¹⁷³.

O autor chega a afirmar que, a noção do conteúdo da forma lingüística embate a distinção entre discursos literais e figurativos e autoriza a busca e a análise da função dos elementos figurativos na prosa historiográfica tanto quanto na prosa ficcional.

A importância da moderna teoria literária para a escrita histórica é indireta na medida em que as concepções de linguagem, fala, escrita, discurso e textualidade que a informam permitem *insights* relativamente a alguns problemas tradicionalmente colocados pela filosofia da história, tais como a classificação dos gêneros do discurso histórico, a relação de uma representação histórica com seus referentes, o status epistemológico das

¹⁷¹ WHITE, Hayden. *Teoria Literária e Escrita da História*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n.º. 13, 1991.

¹⁷² WHITE, Hayden. *Teoria Literária e Escrita da História*. pp. 1-5.

¹⁷³ WHITE, Hayden. *Op. cit.* pp. 1-8.

explicações históricas, e a relação dos aspectos interpretativos com os aspectos descritivos e explanatórios do discurso do historiador¹⁷⁴.

Enfim, coloca que, a moderna teoria literária ilumina todos esses problemas dirigindo a atenção para aquilo que é bastante óbvio no discurso histórico, mas que não foi sistematicamente levado em consideração até muito recentemente, ou seja, o fato de que a história é antes de qualquer coisa um *artefato verbal*, produto de um tipo especial de uso da linguagem. E isso sugere que, se o discurso histórico deve ser compreendido como produtor de um tipo distinto de conhecimento, ele deve antes ser analisado como uma estrutura de linguagem.

Segundo White, o discurso histórico e as obras ficcionais são ambas narrativas. Portanto, há um critério de aproximação entre as suas estruturas de linguagem. O que qualifica o discurso histórico como real e “verdadeiro”, e certamente, o separa da ficção, é a interpretação histórica. A literatura ficcional, e.g. do romance histórico, não tem a necessidade de se comprometer com um grau de “verdade” e “realismo” na interpretação do passado, de seus fatos e processos. Mas, isso não significa dizer que enquanto narrativa não possa trabalhar com o tempo histórico. No entanto, o grau de “verdade” e “realismo” é menor em relação ao romance histórico do que ao discurso histórico¹⁷⁵.

Contudo, é importante ressaltar que o romance histórico tem o comprometimento com a verossimilhança, no que diz respeito ao tempo histórico. Não precisando reproduzir fielmente os fatos, mas atendo-se a eles. Mas o por quê da utilização do romance histórico como documento? É interessante verificar que como narrativa, o romance histórico pode trazer à luz referências do mundo real, uma tentativa de diálogo com a realidade dos fatos históricos e com o discurso histórico. O romance histórico pode permitir uma revisão (e.g. da escravidão no fim da República Romana) de conceitos, do desenrolar dos processos históricos, dos fatos (buscando-se a reflexão, de até onde podemos mensurar os fatos como reais e não parcialmente inventados, se o discurso histórico é baseado na interpretação de historiadores); fornecendo conhecimento útil e novas possibilidades de se interpretar fenômenos. Da mesma forma, o mito é também uma narrativa que é estudada pelos historiadores contemporâneos numa relação dialética com o discurso histórico, assim como o romance histórico, podendo marcar representações do real.

¹⁷⁴ WHITE, Hayden. *Op. cit.* pp. 3-4.

¹⁷⁵ WHITE, Hayden. *Op. cit.* pp. 13-16.

O Escravo na crise da República Romana

O contexto que marca a narrativa biográfica de Marco Antônio se passa na Crise Republicana de Roma. A sociedade romana da época sofria uma série de conflitos declarados que tiveram sua origem a partir da aceleração das estruturas sociais após a segunda guerra púnica, em meados do século II a.C, levando ao aumento eminente das contradições no seio da organização social romana e das fraquezas do sistema republicano, i.e., o sistema republicano não conseguia sanar os problemas e controlar a ordem. Tão pouco comportava a sociedade romana. Para continuá-la, haveria de ter uma outra forma de governo.

Os tipos de conflitos declarados na época são divididos em quatro tipos principais. Os primeiros grandes tipos são as lutas de escravos, a resistência dos habitantes das províncias contra o domínio romano e a luta dos itálicos contra Roma. Alföldy menciona que a luta dos escravos era, sobretudo, a luta desses contra seus proprietários rurais e o aparelho de Estado Romano que protegia seus senhores. Já a revolta dos habitantes da província e dos itálicos não foi um movimento homogêneo ou de camadas sociais¹⁷⁶.

Pois, segundo o autor, esses habitantes tinham diferentes origens em grupos sociais distintos e buscavam a libertação de comunidades, Estados ou povos, independentes da opressão do Estado romano. No entanto, tinham seu caráter social, pois advinham de camadas mais baixas da população que maior resistência tinham a Roma¹⁷⁷.

O quarto tipo de conflito estava localizado entre os cidadãos romanos no último período republicano, numa divergência entre interesses opostos. O primeiro objetivo dos reformistas romanos era solucionar os problemas sociais das massas trabalhadoras de Roma. Contra os reformistas, estava a oligarquia, que admitia numerosidade de um grande peso, tal como os reformistas. De acordo com Cícero, esses grupos se dividiam em *populares* e *optimates*.

O exercício e o compromisso do poder destes girava em torno do Estado. E daí advinha a razão de seus flagelos, o controle do *Estado*. Com o passar do tempo, esse conflito foi tomando novos contornos, dando importância crescente à questão do poder político até que o objetivo da luta passou a ser garantir a liderança do chefe de alguns agrupamentos¹⁷⁸.

¹⁷⁶ ALFOLDY, Geza. *A História social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989. pp.82.

¹⁷⁷ ALFOLDY, Geza. *Op. cit.*. pp. 81-82.

¹⁷⁸ ALFOLDY, Geza. *Op. cit.* pp. 81-109.

Nas décadas de 80 e 70 desse mesmo século, os velhos conflitos se abrandaram. A questão, nas quatro seguintes décadas, era a conquista do poder de Estado e como seria organizado esse governo, isto é; uma oligarquia, uma monarquia ou um império. No entanto, as duas facções conflitantes queriam tanto a mesma objeção, a manutenção da estrutura social romana. Ainda que houvesse uma alteração do caráter de estado.

Os escravos inserem-se nessa conjuntura em revolta. E, sobretudo, a sociedade romana nunca havia percebido a ameaça que eles representavam. Porque antes não houve sequer um levante tão grande quanto os que ocorreram na crise republicana. As grandes revoltas aconteceram num período curto entre 135 a 71 a.C. A causa das mesmas foi a evolução sofrida pela escravatura romana, a partir dos finais da segunda guerra púnica, aumentando a sua importância e o número de escravos¹⁷⁹.

Os escravos eram brutalmente tratados, sendo substituídos à guerra, ao comércio de escravos ou ao rapto. O controle dos escravos não era muito levado a sério pelos seus senhores, o que permitiu as insurreições. As revoltas eclodiam isoladamente, no tempo e no espaço. A primeira foi na Sicília em 135-132 a.C., a segunda, duas décadas mais tarde e a mais perigosa foi ocorrida em 74-71 a.C., por *Espártacus*.

De acordo com Alföldy, os movimentos eram distintos entre si, mas apresentavam uma série de características estruturais comuns, que refletiam sobre a natureza desses conflitos. Os levantes ocorriam de grupos não vigiados e armados, como pastores e gladiadores, que adquiriam em volta de si uma grandiosa quantidade de escravos e a maioria dos rebelados advinha das propriedades agrícolas e eram muito maltratados¹⁸⁰.

Os revoltosos não propunham abolir a escravatura como tal, mas a inverter papéis. O senhor viria ser maltratado pelos escravos, ou melhor, escravo viria a ser senhor. Esses levantes estavam condenados ao fracasso, pois eram cruéis, não possuíam uma organização “revolucionária” e não estavam ligados a nenhum grupo social.

Os senhores perceberam que o maltrato aos escravos só os incitaria à revolta. Passaram a abrandar ou até mesmo, melhorar o seu trato com eles. Nos quarenta seguintes anos da República, não houve sequer revoltas escravas. Os escravos agarravam-se a senhores que os garantissem bem-estar e liberdade. Os escravos não alteraram em nada a estrutura social romana, só fizeram melhorar os seus tratamentos e conservaram os seus *status*.

¹⁷⁹ ALFOLDY, Geza. *Op. cit.* p. 81-89.

¹⁸⁰ ALFOLDY, Geza. *Op. cit.* p. 81-89.

Clientelismo e Escravidão: diferenças e semelhanças

O Escravo é uma antítese do cidadão. A sua perda total de liberdade é devida ao desenraizamento do seu grupo de origem e sua exclusão. O escravo é um patrimônio, representando a extensão da família do *Pater familias*. A relação do senhor com sua família e seus escravos, no campo da esfera doméstica é de superior a inferior.

Os escravos possuem um estatuto jurídico que os priva de personalidade, que os torna objetos de compra e venda e os submete à autoridade de um senhor, os identificando a animais domésticos até a extensão da cidadania romana pelo Edito de Caracala (212 d.C.), quando a partir de então, o não-livre torna-se elemento original que se distingue de todos os outros.

Segundo Thébert, o que cria a unidade do mundo servil é, pois a sua definição jurídica que é válida a todos os escravos. Mas essa unidade é contrariada pelos distintos tipos de escravidão e pela forma que eram utilizados. É essa a divisão que separa os escravos rurais dos domésticos urbanos. Os primeiros são encarregados de tarefas produtivas e é incutida neles a exploração de seus trabalhos¹⁸¹.

E os segundos, no mundo da família urbana, escapam de qualquer controle direto e permanente. São colocados a administrar negócios, lojas ou empresas artesanais, gozando de uma autonomia que não há comparação no campo, a não ser no caso dos pastores. Cada escravo na casa do senhor tem uma função específica. Eles buscam facilitar a vida diária de seus senhores, que dependem de seu serviço. Portanto, o tipo de tratamento dado aos escravos é outro¹⁸².

No entanto, Bradley afirma que os escravos domésticos porque estavam mais à vista dos senhores tinham mais capacidade de serem punidos com mais frequência que os escravos rurais, e menciona que o medo produz grande fidelidade ao senhor. Os métodos de punição eram a única maneira de puni-los. Pois não tendo como rebaixar seu *status* a um inferior, a única forma de coagi-lo seria com as punições. Como coloca Bradley, “Punições

¹⁸¹ THÉBERT, Yvon. *O Escravo*. In: GIARDINA, A. (Direção). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 121.

¹⁸² THÉBERT, Yvon. *O Escravo*. pp. 121-122.

extremas aos escravos era a única via aberta a lei, que exibia o escrúpulo moral sobre a imposição da brutalidade aos escravos”¹⁸³

Ao autor também acrescenta que, as condições a que estavam acostumados, ou seja, a sua qualidade devida era o mínimo necessário à sua sobrevivência e a seu porte, caso ocupasse função importante na casa de seu senhor¹⁸⁴.

Os escravos não se constituem numa classe social, mas são parte de uma visão jurídica e ideológica da sociedade e suas realidades socioeconômicas. Os escravos domésticos que estão a serviço do senhor podem também cair em desgraças, sendo punidos ou encarregados de trabalho pesado.

É natural reconhecer a importância da escravidão para a sociedade romana. Pois essa permite que os cidadãos se liberem de seu trabalho e usufruam tempos livres, realizando política e também participando na gestão das cidades. Já que a liberdade moral do escravo deve produzir fidelidade, a de sujeição às autoridades e às necessidades. Seja para os cidadãos, como para todos.

De acordo com Finley, os clientes tinham seu lugar mais seguro porque estavam ligados a uma casa de um senhor importante ou rico, servindo-o, ainda que fosse livre. Essa prestação de serviços podia assemelhar-se a qualquer função doméstica que um escravo podia ocupar, mesmo que fosse uma função importante. A diferença entre ambos é que o cliente recebia proteção, comida e terras ou era pago em moedas pelo seu trabalho¹⁸⁵.

De acordo com Graça, a obtenção da vitória nas eleições por parte de um patrono fazia presumir uma maior e melhor assistência aos seus clientes. Entre estes, ocupam um lugar de destaque os libertos, que se comprometiam a cumprir variadíssimas obrigações para com os seus antigos senhores. Obrigações estas consignadas no ato de alforria. Para além destas, assumia particular destaque a designada *obsequium*, que preceituava o respeito, a assistência e a fidelidade ao patrono em troca do seu auxílio e proteção¹⁸⁶. Afirma, contudo, que

¹⁸³ BRADLEY, K.R. *Slaves and Masters in the Roman Empire – a Study in Social Control*. Capítulo 4 e Epílogo. Oxford: Oxford University Press, 1987. p.134.

¹⁸⁴ BRADLEY, K.R. *Slaves and Masters in the Roman Empire – a Study in Social Control*. p.134.

¹⁸⁵ FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*. 2ª Edição. Capítulo 3. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

¹⁸⁶ GRAÇA, Isabel. *Patronato e clientelismo sob o olhar crítico de Juvenal*. *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate II (2000) 121-136. Aveiro: Universidade de Aveiro – Praxis XXI. pp.122-123.

“(…) nem só os libertos se podiam tornar clientes. Pessoas livres de nascimento (*ingenui*) poderiam também sê-lo, desde que respeitassem as obrigações estabelecidas, que, apesar de não serem sancionadas pela jurisdição, eram tacitamente aceitas. Registraram-se casos em que as obrigações estipuladas assumiram inclusivamente um caráter hereditário. Clientes havia-os para todos os gostos e feitios: uns pobres, que ambicionavam com sofreguidão a imprescindível *sportula* (que inicialmente era o cestinho onde se guardava a pequena quantia de dinheiro e comida distribuída pelo patrono); outros havia, situados num patamar econômico superior, que buscavam um protetor, um advogado que defendesse as suas causas. Quantas vezes Cícero, na condição de patrono, se verá a braços com esta situação. Quantas vezes se verá obrigado a aceitar causas ingratas, processos mais que duvidosos para acrescentar mais uma cabeça à turba de clientes que o acompanhava”.¹⁸⁷ (GRAÇA, 2000. 123p).

Até onde ia a liberdade de um cliente e até onde ia a coação de um escravo? Que direitos e privilégios esse cliente possuía, não se sabe ao exato. Sabendo-se que pertencia a um grupo de nascimento livre, era também um cidadão, ainda que submetido a um senhor. O status desse cliente é certamente maior que o de um escravo, mas o que o separa na vida cotidiana de um escravo, quanto às funções, é uma linha tênue.

Outros clientes são trabalhadores dependentes de um senhor, por uma pré-condição, nascimento numa classe de dependentes, dívida, captura ou outra situação por lei ou por costume, que o reduzia as suas ações e sua liberdade de escolha durante a sua vida até que o senhor o libere. Esses trabalhadores dependentes são ainda menos distantes dos escravos pessoais que outros clientes.

Crítias, secretário de Marco Antônio, o exemplo narrativo de que nos ocupamos, apresenta uma devoção ao seu senhor incomparável e há entre eles confiança, amizade, descontração, liberdade, compreensão, intimidade, desabafos, respeito, confidências, fidelidade e, certamente, “amor”.

Crítias escreve a memória de Marco Antônio e de seus feitos grandiosos, como seu secretário, descreve-se no segundo capítulo da narrativa.

¹⁸⁷ GRAÇA, Isabel. *Patronato e clientelismo sob o olhar crítico de Juvenal*. p.123.

“Vocês podem estar curiosos a meu respeito. Correu a história de que eu sou, ou melhor, que eu fui um dos dois belos rapazes que Marco Antônio comprou por oito talentos para divertir as suas festas. (...) Mas nunca fui escravo. Meu pai era um homem livre, que serviu no secretariado do padraço do meu amo, (...) Públio Cornélio Léntulo Sura (...) Meu amo gostava de seu padraço (...) Por causa dessa consideração pelo seu padraço assassinado, era natural que meu amo estendesse sua generosidade e proteção aos membros da casa de Léntulo, e assim meu pai entrou para o seu serviço, e eu mesmo, criado ali, naturalmente o segui, (...) Assim, quando criança, tornei-me uma espécie de “bichinho de estimação” do meu amo – embora nunca, a despeito do que tem sido dito, meu amante – e depois seu secretário de confiança”¹⁸⁸

Havia, querendo-se ou não, uma hierarquia entre os escravos domésticos. De acordo com Finley, nas casas de ricos senhores - como é o caso de Marco Antônio - a categoria incluía cozinheiros, mordomos, criadas, pedagogos, amas, fiandeiros, tecelões, guarda-livros e administradores. E nas casas de Imperadores romanos, os escalões inferiores do funcionalismo imperial¹⁸⁹.

No entanto, ressalta Finley, que entre o homem livre que trabalha assalariadamente e outro livre, que trabalha por dependência, há um critério de distinção. Havia libertos que através de seus filhos tinham conseguido alcançar alta posição social e política. Isso também se verificava com alguns clientes que se tornaram *Homini novis*. Também muitos administradores escravos tinham uma rede de relações, porque não dizer clientela, com os seus conhecidos libertos ou escravos, com *peculium*¹⁹⁰.

Crítias situava-se num *status*, certamente privilegiado, ainda que dependente de seu senhor, hereditariamente. A relação que cultivava com o seu senhor parece, no entanto, uma velha amizade; como por exemplo, na situação em que Marco Antônio ocupava-se das suas memórias de César, Crítias o faz uma pergunta imprudente, pedindo-o para ser mais objetivo. Eis como o triúviro o responde e Crítias replica:

“Ele deu um tabefe na minha cabeça. – Não seja atrevido, garoto! Garoto! Tenho quase trinta anos e vivo sob seu teto há pelo menos quinze, mas às vezes ainda me chama

¹⁸⁸ MASSIE, Allan. *Marco Antonio & Cléopatra – Os Senhores de Roma*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.p. 26

¹⁸⁹ FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*. 1986.

¹⁹⁰ FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*. 1986.

*assim, quando está de bom humor, ou então quando parece preocupado e distante. A verdade é que ele é um sentimental como tantos romanos, (...) Intelectualmente, desprezo essas emoções suaves, mas confesso que esta é uma das razões pelas quais, a despeito de tudo – e é melhor que ele nunca leia isto -, eu o amo. De certa forma”.*¹⁹¹

A fortuna dos libertos derramava-se sobre comunidades e seus cidadãos. E segundo Finley, a explicação é de que vinham do comércio, da manufatura e dos empréstimos. A importância do escravo não se reduzia ao poupamento de seus senhores, mas à confiança que tinham os estratos superiores em seu trabalho e a lucratividade que ela acarretava. Isso vem a representar fato constante com Crítias, sendo ele um dependente de Marco Antônio¹⁹².

Finley ressalta – o que é importantíssimo - é que o trabalho escravo e o dependente conviveram lado a lado com o trabalho livre. Mesmo que houvesse *status* distinto, a convivência cotidiana implicava-lhes, às vezes, tratamentos similares. Até porque não havia concorrência. A situação de Crítias oscilava entre a amizade e a criadagem. Por ora, seu senhor aparece-lhe como um amigo, porque afinal Crítias era seu confidente.

*“Sabe, os orientais são diferentes de nós, romanos. Mesmo os gregos são diferentes. Afinal, eles são meio orientais. O que eu quero dizer é... – e você pode tirar este ar zombeteiro da cara, Crítias, não o estou insultando – o que quero dizer é que eles têm um modo diferente de apreender a realidade”*¹⁹³

E por ora, Crítias deixa claro que era um servidor, como esclarece a citação seguinte: “Mas como eu poderia não atender a seu pedido? Eu era seu servidor! É verdade que eu tinha por ele mais do que os servidores estão habituados a sentir, e que ele me considerava com certa ternura que não concedia a outros”.¹⁹⁴

No entanto, no momento em que Marco Antônio pede que o matem, pois já não há nada mais para si depois de perder a batalha contra Otávio e o cargo de Triúmviro, amaldiçoado por ter a companhia de Cleópatra, Crítias aparece equiparado a um escravo: “Então, virou-se para mim e, entregando-me sua espada, ordenou que eu a pegasse e o

¹⁹¹ MASSIE, Allan. *Marco Antonio & Cléopatra – Os Senhores de Roma*. p. 18

¹⁹² FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*.

¹⁹³ MASSIE, Allan. *Marco Antonio & Cléopatra – Os Senhores de Roma*. p.128

¹⁹⁴ MASSIE, Allan. Op. cit. p.161

matasse. Mas eu não podia fazer isto. Chamou, então, Eros, que cuidava da sua armadura, deu-lhe a mesma ordem”¹⁹⁵

Entre esses trabalhadores não havia nenhum partido próprio que os defendesse as suas causas e seus direitos. Não havia qualquer consciência disso. Para os senhores, valendo-se da liberdade de seu servidor (trabalho dependente) ou não, e a ausência desta de seu escravo, os colocava numa mesma dimensão. No entanto, como coloca bem Bradley e Finley, havia de ter um caráter de fidelidade, não importa qual fosse a relação de submissão¹⁹⁶.

Crítias o demonstra no último parágrafo da narrativa biográfica de seu amo: *“De fato, posso dizer que prospero; mas trocaria toda a minha tranqüilidade, meu conforto e riqueza por um sorriso do meu senhor; e o esplendor das montanhas que cercam a cidade onde moro não se compara à majestade de sua presença”*¹⁹⁷

Conclusão

Nesse estudo de caso, buscamos ter ressaltado as distinções entre tratamentos e posições ocupadas nas hierarquias construídas pela escravidão e clientelismo romanos, e as diferenças e semelhanças entre ambos. A narrativa ilustra o exemplo dicotômico entre um cliente ou trabalhador dependente que apresenta certas características de escravidão, e muitas outras vezes, ocupa um *status* maior por ser muito próximo de seu senhor.

Apesar de o romance histórico ser uma narrativa verossimilhante, mas não completamente “real” e, no entanto, podendo ser uma representação do “real”, considera-se bastante útil para possibilitar o diálogo com o discurso histórico, a fim de estabelecer uma nova necessidade de reflexão sobre a interpretação da escravidão romana pelos historiadores.

A utilização do romance histórico como documento nos possibilitou aproximar a narrativa histórica da narrativa literária ficcional, podendo fazer revisar heurísticamente alguns pontos fundamentais da historiografia sobre escravidão romana: 1) Não se pode concluir que a escravidão pessoal em altos cargos é homogênea. O caso de Crítias tomado

¹⁹⁵ MASSIE, Allan. *Op.cit.* p. 273

¹⁹⁶ BRADLEY, K.R. *Slaves and Masters in the Roman Empire – a Study in Social Control*. Capítulo 4 e Epílogo. Oxford: Oxford University Press, 1987; FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*. 2ª Edição. Capítulo 3. Porto: edições Afrontamento, 1986.

¹⁹⁷ MASSIE, Allan. *Op. cit.* p. 278.

como objeto nesse trabalho, foi muito particular. Admite-se que com outros servidores não havia distinção de tratamento. Mas para o exemplo particular que tomamos, Crítias acredita-se mais beneficiado pela servidão que pela ostentação de um mundo livre. Essa talvez seja uma perspectiva mais aberta sobre o tema. 2) Não se pode afirmar que o escravo tanto quanto o cliente fossem tão bem tratados e recebidos e vice-versa. 3) Não se pode afirmar uma igualdade entre ambos, mas nenhum também, intrinsecamente, é homogêneo. Contudo, há de se levantar que há semelhanças muito próximas entre ambos que os coloca, em muitos casos, em um mesmo patamar no cotidiano da vida privada romana.

Para concluir, podemos dizer que verificamos no caso estudado um viés qualitativo de pesquisa, como um campo de experimentação, a fim de se levantar as possibilidades de se aproximar o discurso histórico da narrativa literária ficcional, como o romance histórico, apontando-se as suas semelhanças e diferenças no intuito puramente heurístico, i.e., com o propósito de permitir uma reflexão sobre a possibilidade de se observar entre as duas formas de narrativas aproximadas neste caso, um diálogo positivo e, portanto, possibilitando futuras e cautelosas pesquisas com a utilização da narrativa literária como um documento textual.

Fontes

MASSIE, Allan. *Marco Antonio & Cléopatra – Os Senhores de Roma*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Bibliografia

ALFOLDY, Geza. *A História social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

THÉBERT, Yvon. *O Escravo*. In: GIARDINA, A. (Direção). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

BRADLEY, K. *Esclavitud y Sociedad en Roma*. Capítulos 1, 2, 3 e 4. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

BRADLEY, K.R. *Slaves and Masters in the Roman Empire – a Study in Social Control*. Capítulo 4 e Epílogo. Oxford: Oxford University Press, 1987.

FINLEY, M.I. *Amos e Escravos*. In: *A Economia Antiga*. 2ª Edição. Capítulo 3. Porto: edições Afrontamento, 1986.

GRAÇA, Isabel. *Patronato e clientelismo sob o olhar crítico de Juvenal*. *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate II (2000) 121-136. Aveiro: Universidade de Aveiro – Praxis XXI.

WHITE, Hayden. *Teoria Literária e Escrita da História*. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.º. 13, 1991, p. 21-48.